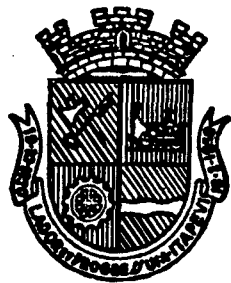
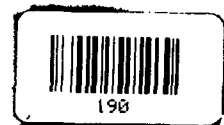


CÂMARA MUNICIPAL



DE
ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

*Autógrafo
22/05/94*

PROCESSO Nº 021/94

PROJETO Nº 021/94

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO "Dispõe sobre medidas a serem adotadas no
Município para manutenção da higiene, da
limpeza e da Segurança."



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 013/94

Itapevi, 10 de maio de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio da presente, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação desse Legislativo, o anexo Projeto de Lei, cujo teor versa sobre medidas a serem adotadas no Município para manutenção da higiene, da limpeza e da segurança.

Conforme dispõe o artigo 1º da propositura, as medidas pretendidas visam possibilitar o bem-estar da comunidade em aspectos relativos à propriedade imóvel, que, não observados, impõem a todos a convivência em ambiente não hospitaleiro e prejudicial à saúde e à segurança.

O objetivo primordial é assegurar o uso normal dos direitos individuais, contendo, concomitantemente, o eventual abuso ou o exercício anti-social desses direitos, e isto por intermédio do poder de polícia administrativa, faculdade de que dispõe a Administração para estabelecer condições e restrições aos direitos individuais em favor da coletividade.

O projeto foi elaborado visando possibilitar fácil compreensão e aplicação, de forma a evitar ocorrências verificadas em textos legais anteriores atinentes à espécie, que dificultavam ou mesmo impediam correta execução, como ausência de regras básicas relativas a configuração da infração e da respectiva penalidade, da forma de aplicação da pena atribuída e do recurso, bem como de apresentação de conteúdo insuficiente, de difícil compreensão ou redundante em suas especificações.

O valor relativo à penalidade de pecuniária a ser aplicada a cada tipo de infração, e também a respectiva obrigação de fazer ou deixar de fazer e prazo para cumprimento, tem por finalidade evitar a ocorrência do ato ou fato contrário ao interesse social, motivo porque não se apresentam de montante ou forma mais brandos, ou seja, a Municipalidade não visará arrecadação de quantias, mas sim obediência de normas de interesse coletivo, o que somente se faz possível pelo conhecimento da existência de penalidades em grau suficiente para impedir a prática da infração.

.../...



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Considerando urgente a aplicação das medidas dispostas no Projeto de Lei, de real interesse público, solicito seja a apreciação deste efetuada no menor espaço de tempo possível, conforme prerrogativa conferida pelo disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada estima e distinto apreço.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CARANEZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor

VALTER FRANCISCO ANTONIO

DD.Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.

RECEBEMOS
10 / 05 / 94
SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 021/94

(Dispõe sobre medidas a serem adotadas no Município para manutenção da higiene, da limpeza e da segurança)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre medidas a serem adotadas no território do Município para manutenção da higiene, da limpeza e da segurança, visando o bem-estar da comunidade.

Art. 2º Considerar-se-á infração toda ação ou omissão contrária à esta Lei, sujeitando-se o infrator à penalidade prevista.

Art. 3º Considerar-se-á infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração.

Parágrafo Único Sempre que a infração for praticada por pessoa incapaz ou coagida, a pena recairá, respectivamente, na pessoa do responsável ou do coator.

Art. 4º As penas estabelecidas nesta Lei não prejudicam a aplicação das de outra natureza, pela mesma infração, derivadas de transgressões de Leis e/ou regulamentos federais, estaduais e municipais.

Art. 5º A pena, além de impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, consistente em multa.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES E OBRIGAÇÕES

Seção I - Logradouros Públicos

Art. 6º Nos logradouros públicos do Município, fica proibido:

I — Jogar lixo ou detrito, de qualquer espécie, quantidade ou procedência;

II — Depositar materiais, objetos, produtos ou substâncias, independentemente da finalidade a que se destinem;

III — Obstruir, de qualquer forma ou para qualquer finalidade, o livre trânsito de veículos ou pedestres;

IV — Impedir ou dificultar, por qualquer meio, o livre escoamento de águas pelas valas, sarjetas, canais, galerias, córregos ou quaisquer outros cursos;

V — Promover obra particular de qualquer espécie, inclusive de calçamento de passeio, edificação de muro e rebaixamento ou elevação de guias, sem licença da Municipalidade;

VI — Conservar árvores, arbustos ou trepadeiras que prejudiquem, sob qualquer hipótese, a passagem ou a fiação elétrica local;

VII — Ocupar ou utilizar espaço sem autorização do Poder Público Municipal para fins comerciais ou de prestação de serviços, bem como para realização de eventos de qualquer natureza.

Seção II - Imóveis em Geral

Art. 7º Em qualquer imóvel localizado no território do Município, de propriedade deste ou de particular, independentemente da finalidade a que se destina, fica proibido:

I — Depositar material, produto ou substância inservível ou deteriorável; que se apresente nocivo à saúde;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

II — Manter condições propícias à proli
feração de germes, bactérias, insetos, plantas e animais nocí
vos à saúde, inclusive por ausência de capinagem;

III — Criar ou manter, ainda que provisó
riamente, bovinos, equinos, caprinos, ovinos, suínos e seme
lhantes, sem autorização do Poder Público Municipal.

Art. 8º O proprietário, titular de domí
nio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel localizado
no território do Município fica obrigado a manter limpo o pas
seio fronteiriço ao respectivo terreno, devendo recolher o li
xo e os resíduos ali depositados em recipiente apropriado, de
forma a impedir sua transferência para a pista de rolamento.

Parágrafo Único A presente disposição in
depende da existência de edificação no imóvel ou de melhora
mentos públicos no logradouro, e inclui a capinagem do pas
seio, quando for o caso.

Seção III - Imóveis Situados em Locais Es **pecíficos**

Art. 9º Fica proibida a utilização de ta
pumes ou arames para fechamento de imóveis localizados na zo
na urbana do Município, independentemente da finalidade a que
se destinam, de serem ou não edificadas ou de estarem ou não
situadas em via pública calçada ou dotada de guias e sarje
tas.

Art. 10 O proprietário de imóvel, edifi
cado ou não edificado, situado em logradouro público dotado
de calçamento ou de guias e sarjetas, fica obrigado a cons
truir e conservar o passeio respectivo ao terreno, observado
o disposto no inciso V do artigo 6º desta Lei.

Art. 11 O proprietário de imóvel locali
zado em logradouro dotado de calçamento ou de guias e sarje
tas e não edificado, fica obrigado a promover o fechamento
deste, em toda a extensão do alinhamento com o logradouro, com
muro chapiscado ou rebocado, observado o disposto no inciso V
do artigo 6º e, ainda, no inciso II do artigo 7º, ambos desta
Lei.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Seção IV - Animais

Art. 12 Fica proibido o trânsito de animais desacompanhados de pessoa responsável em logradouros públicos.

Art. 13 Será apreendido e recolhido todo animal vadio, inclusive de espécie doméstica, encontrado em logradouro público, bem como, mediante solicitação do proprietário, em imóvel de particular.

Art. 14 O animal apreendido permanecerá em depósito apropriado à espécie, pelo prazo de cinco (05) dias, contado da data de apreensão, período em que o proprietário poderá reavê-lo, mediante pagamento da multa estipulada pela infração do disposto no artigo 12 desta Lei e das despesas relativas à guarda, devidamente comprovadas.

Art. 15 Vencido o prazo de que trata o artigo anterior, o Poder Público Municipal estará autorizado a destinar o animal, conforme a espécie e de acordo com a legislação em vigor, à instituição de caridade, de pesquisa ou governamental, podendo, ainda, se for o caso, promover hasta pública ou sacrifício por meio não cruel.

Parágrafo Único O animal portador de hidrofobia ou doença contagiosa será sacrificado, independentemente do cumprimento do prazo de que trata o artigo 14 desta Lei, mediante laudo do veterinário responsável, sem direito de indenização ao proprietário ou a terceiro, a qualquer título.

CAPÍTULO III - DAS PENALIDADES

Seção I - Da Pena Pecuniária

Art. 16 A pena pecuniária consistirá em multa, na forma do disposto no artigo 5º desta Lei, a ser aplicada em conformidade com a "Tabela de Multas", anexo que integra esta Lei.

§ 1º — A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º — Na reincidência a multa será cominada em dobro, sendo considerado reincidente aquele que violar preceito por cuja infração já tiver sido autuado ou punido.

Seção II - Da Obrigação de Fazer ou Deixar de Fazer

Art. 17 Independentemente da aplicação da penalidade pecuniária, a Municipalidade, por intermédio do Setor competente, poderá impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, atribuída ao autor da infração, em conformidade com os prazos estipulados na "Tabela de Prazos Decorrentes de Obrigação Imposta", anexo que integra esta Lei.

Art. 18 Vencido o prazo concedido para cumprimento da obrigação, a Municipalidade:

I — Considerará reincidente, para efeito da aplicação da penalidade pecuniária, o infrator;

II — Adotará as medidas cabíveis para o cumprimento da obrigação por via judicial.

Art. 19 Sempre que alguém não efetuar um ato ou fato a que esteja obrigado por força desta Lei, a Administração Pública Municipal, considerando-o relevante para o bem-estar da comunidade, poderá fazê-lo, à custa de quem se omitiu, mediante prévio aviso ao faltoso.

Parágrafo Único A execução por parte da Administração não exime o infrator do pagamento da multa correspondente.

Art. 20 Para cumprimento da obrigação imposta, a Municipalidade, através do Setor competente, poderá:

I — Apreender o objeto que constituir a infração, ou com o qual ela está sendo praticada;

II — Embargar obra, de qualquer espécie ou finalidade, realizada em desacordo com as condições estipuladas nesta Lei.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 21 Em caso de apreensão, o objeto apreendido será recolhido em depósito, onde permanecerá por dez (10) dias.

§ 1º — No prazo mencionado, o proprietário poderá resgatar o objeto apreendido, mediante comprovação de propriedade lícita, pagamento da multa correspondente e das despesas com transporte e depósito do material.

§ 2º — Vencido o prazo, o material será vendido em hasta pública, na forma da Lei, sendo a importância apurada aplicada na quitação da multa e despesas de que trata o parágrafo anterior, e eventual saldo desta entregue ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído.

§ 3º — A Administração Pública Municipal fará inutilizar a mercadoria perecível cujo prazo de validade se encerrar em qualquer etapa do procedimento definido neste artigo, sem direito de indenização ao proprietário ou terceiro interessado, a qualquer título.

Seção III - Da Aplicação das Penalidades

Art. 22 Considerar-se-á aplicada a penalidade pecuniária e iniciado o prazo para cumprimento da obrigação eventualmente imposta mediante entrega, ao infrator, de cópia do Auto de Infração.

Parágrafo Único A recusa do infrator em receber cópia do respectivo auto será suprida pela aposição de assinaturas de duas (02) testemunhas presenciais, devidamente qualificadas, e o desconhecimento de seu paradeiro pela publicação de edital em jornal de circulação local.

Art. 23 A lavratura do Auto de Infração poderá ser feita não só no curso como depois de consumada a infração, com a terminação da obra, do ato ou do fato que constituir a mesma infração, observando-se para que constem as seguintes indicações:

- a) Nome completo do infrator e, se for o caso, de seu responsável legal;
- b) Endereço de residência ou de escritório, observado o disposto na alínea "a";
- c) Local em que a infração se tiver verificado;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

- d) Descrição detalhada da infração;
- e) Dispositivo legal infringido;
- f) Valor da multa atribuída, com menção da tabela que a estabelece, bem como do prazo para quitação;
- g) Espécie de obrigação imposta, se cabível, com menção do prazo para cumprimento e da tabela que o define;
- h) Data e horário da lavratura do auto;
- i) Nome completo e assinatura do responsável pela autuação, bem como o Setor a que está subordinado.

Art. 24 O prazo para pagamento da multa pecuniária será sempre de dez (10) dias, contado da data de aplicação desta, conforme disposto no artigo 21 desta Lei.

Art. 25 No Auto de Infração, o responsável pela autuação deverá fazer constar, se for o caso, a apreensão do objeto ou o embargo da obra.

§ 1º A apreensão de objeto será efetuada sempre na presença de duas testemunhas, devidamente qualificadas, que deverão assinar o respectivo auto, do qual constará, obrigatoriamente, a espécie, quantidade e estado de conservação e apresentação da mercadoria apreendida, da forma mais detalhada possível.

§ 2º O embargo da obra será realizado independentemente da presença de testemunhas, ressalvado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 21, devendo, todavia, constar do respectivo auto que esta deverá permanecer paralisada enquanto perdurar o motivo do embargo.

Art. 26 Todas as penalidades e despesas a serem ressarcidas pelo infrator serão estipuladas ou convertidas em VMP - Valor Monetário Padrão, para efeito de atualização monetária do débito, desprezados os centavos.

CAPÍTULO IV - DOS RECURSOS ADMINISTRATI

VOS

Seção I - Do Recurso em Primeira Instân

cia

Art. 27 No prazo estipulado para pagamento da multa pecuniária, conforme dispõe o artigo 23 desta Lei, o infrator, ou, se for o caso, seu responsável le



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

gal, poderá protocolar Recurso em Primeira Instância.

§ 1º — O recurso relativo a apreensão de animal deverá ser protocolado no prazo de que trata o artigo 14 desta Lei.

§ 2º — O prazo concedido para cumprimento de obrigação imposta não interfere, sob qualquer hipótese, no prazo de recurso.

Art. 28 O Recurso em Primeira Instância será admitido em petição entregue no Setor de Protocolo da Prefeitura, devendo ser remetido à Chefia do Setor responsável pela autuação, conforme constar do respectivo Auto de Infração, devendo conter, obrigatoriamente, o nome e a qualificação da parte, os fundamentos de fato e de direito, bem como o pedido de nova decisão.

Art. 29 Caberá ao Chefe do Setor responsável pela respectiva autuação a decisão em Recurso de Primeira Instância, devendo este colher as provas que julgar necessárias em razão das alegações da parte interessada.

Art. 30 O Recurso em Primeira Instância deverá estar decidido e à disposição do interessado, no Setor de Protocolo, no prazo máximo de dez (10) dias, exceto em caso de consideração da necessidade de diligências, quando poderá ser a decisão proferida em até, no máximo, trinta (30) dias, à disposição do interessado.

Parágrafo Único Verificada a necessidade de diligências, o Setor responsável comunicará, ao Setor de Protocolo, o fato, para a devida comunicação do interessado.

Art. 31 O Recurso em Primeira Instância suspende o prazo para pagamento da penalidade pecuniária e, ainda, para cumprimento de obrigação imposta.

Art. 32 Nenhum ato relativo à infração pendente de recurso será efetuado, devendo a Chefia do respectivo Setor verificar, sempre, antes de qualquer providência, a existência do recurso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 33 No julgamento do Recurso em Primeira Instância, bem como na determinação de que trata o artigo 32 desta Lei, deverá ser observada a comprovação de estado de necessidade ou de motivo de força maior, conforme dispõe a Lei Civil em vigor.

§ 1º A ocorrência do estado de necessidade ou de motivo de força maior desobrigará o infrator do pagamento de multa, não o isentando, porém, do cumprimento da obrigação imposta, se for o caso, bem como do pagamento de despesas efetuadas pela Administração.

§ 2º Independentemente da pendência de recurso, a Administração poderá intervir em prática de ato ou fato de que resulte perigo na demora.

Art. 34 Todos os documentos relativos ao recurso, bem como o documento de origem, serão agrupados em Processo Administrativo específico, onde será proferida a decisão.

Art. 35 Do Termo de Decisão do Recurso Administrativo em Primeira Instância deverá constar, (se for o caso, ^{em caso de} pelo) indeferimento, a concessão de novo prazo para pagamento da penalidade pecuniária, que será sempre de dez (10) dias, contado do conhecimento, pelo interessado, da decisão.

Parágrafo Único Se o interessado não comparecer ao Setor de Protocolo, para ciência da decisão, nos prazos de que trata o artigo 30 desta Lei, este Setor providenciará sua notificação, via correio, ou, se for o caso, mediante publicação de Edital em jornal de circulação local.

Art. 36 A não interposição de recurso no prazo estipulado, conforme **caput** do artigo 27 desta Lei, bem como pela disposição específica de seu § 1º, importará na extinção do direito de recurso, em qualquer instância, por decadência.

Seção II - Do Recurso em Última Instância Administrativa

Art. 37 Caberá Recurso em Última Instância Administrativa sempre que indeferido o Recurso em Primeira Instância.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 38 O Recurso em Última Instância Administrativa será processado na forma e nos prazos estabelecidos para o Recurso em Primeira Instância, exceto quanto ao prazo de interposição, que será sempre o do novo prazo concedido para pagamento da penalidade pecuniária, disposto no artigo 35 desta Lei.

Art. 39 Compete ao Excelentíssimo Senhor Prefeito proferir decisão em Recurso de Última Instância, com base em parecer técnico da Secretaria responsável pela área respectiva, amparado, se for o caso, por parecer emitido pela Secretaria de Negócios Jurídicos.

Art. 40 O Recurso em Última Instância comporá o Processo Administrativo específico, na forma do disposto no artigo 34 desta Lei, sendo a decisão proferida irrecorrível.

Art. 41 A não interposição de Recurso em Última Instância no prazo de que trata o artigo 38 importará na extinção desse direito, por decadência, prevalecendo a decisão proferida em Primeira Instância.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 43 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos imediatos para as disposições relativas aos artigos 6º, em todos os seus incisos; 7º, inciso I; 8º; 12 e 13; e surtindo efeitos trinta (30) dias após a publicação para as disposições relativas aos artigos 7º, incisos II e III; 9º; 10 e 11.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 44 Revogam-se as disposições em
contrário.

Itapevi, 10 de maio de 1994

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAN
Secretário de Negócios Jurídicos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

T A B E L A D E M U L T A S

DISPOSITIVO LEGAL	VALOR DA MULTA (EM VMP)
ARTIGO 6º, INCISOS I, II, III, IV, V, VI OU VII ARTIGO 7º, INCISO I ARTIGO 12	10 (DEZ)
ARTIGO 7º, INCISOS II OU III ARTIGO 8º ARTIGO 9º ARTIGO 10 ARTIGO 11	20 (VINTE)

O VALOR DA MULTA CORRESPONDE AO ARTIGO OU RESPECTIVO INCISO INFRINGIDO. NA HIPÓTESE DE INFRAÇÃO A MAIS DE UM ARTIGO OU INCISO, AS MULTAS SERÃO APLICADAS CUMULATIVAMENTE.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA DE PRAZOS DECORRENTES DE OBRIGAÇÕES IMPOSTAS

DISPOSITIVO	OBRIGAÇÃO IMPOSTA	PRAZO PARA CUMPRIMENTO
6º, I	cessar e/ou retirar	imediato
6º, II	cessar e/ou retirar	imediato ou máximo de 24 horas
6º, III	cessar e/ou retirar o <u>im</u> pedimento	imediato ou máximo de 24 horas
6º, IV	cessar e/ou retirar	imediato
6º, V	- paralisar a obra - requerer licença do Po <u>der</u> Público Municipal	- imediato* - 10 dias
6º, VI	retirar	máximo de 48 horas
6º, VII	cessar a atividade e <u>re</u> tirar objetos e/ou <u>pes</u> soas do local	imediato**
7º, I	cessar e/ou retirar	imediato ou máximo de 24 horas
7º, II	providenciar a limpeza	10 dias
7º, III	providenciar a retirada ou requerer licença do Poder Público <u>Munici</u> pal, cuja concessão <u>es</u> tará subordinada a <u>exis</u> tência de condições <u>pa</u> ra manutenção do local.	10 dias para remoção dos animais ou compro <u>va</u> ção de pedido de <u>li</u> cença ao Poder <u>Públi</u> co Municipal
8º	providenciar a limpeza	10 dias
9º	retirar o fechamento <u>ir</u> regular. Se não existir edificação no imóvel, providenciar a <u>constru</u> ção de muro (art. 11)	30 dias
10	- construir - conservar	- 30 dias - 15 dias

segue



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA DE PRAZOS DECORRENTES DE OBRIGAÇÕES IMPOSTAS (continuação)

DISPOSITIVO	OBRIGAÇÃO IMPOSTA	PRAZO PARA CUMPRIMENTO
11	construir	30 dias
12	retirar	imediatO

* Apor Embargo, nos termos desta Lei.

** Efetuar, se necessário, Apreensão do Objeto, nos termos desta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei nº /

021/94 - Do Executivo

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

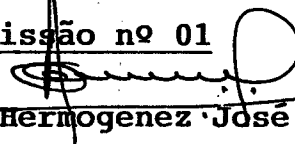
Quanto ao mérito, a propositura é louvável ' eis que visa adotar medidas no Município para manutenção da higiene, da limpeza e da segurança.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10 de maio de 1.994.

Comissão nº 01


Dr. Hermogenez José Sant'Anna


João Ferreira do Monte


Dr. Maria Ruth Banholzer


Lafajete Rodrigues


Jadir Francisco de Souza

Comissão nº 02


Laerte Casagrande


Sérgio Montanheiro


Geone Xavier Pereira


Manoel Viana Filho


Vital Ponciano dos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei nº /

021/94 - Do Executivo

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

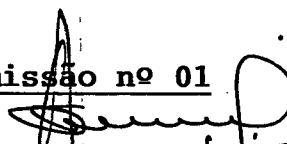
Quanto ao mérito, a propositura é louvável eis que visa adotar medidas no Município para manutenção da higiene, da limpeza e da segurança.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10 de maio de 1.994.

Comissão nº 01


Dr. Hernogenez José Sant'Anna


João Ferreira do Monte


Dr. Maria Ruth Banholzer


Lafajete Rodrigues


Jadir Francisco de Souza

Comissão nº 02


Laerte Casagrande


Sergio Montanheiro


Geone Xavier Pereira


Manoel Viana Filho


Vital Ponciano dos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O Nº15/94

(PROJETO DE LEI- 021/94-DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, APROVA A SEGUINTE LEI:-

"Dispõe sobre medidas a serem adotadas no Município para manutenção da higiene, da limpeza e da segurança"

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. Esta Lei dispõe sobre medidas a serem adotadas no território do Município para manutenção da higiene, da limpeza e da segurança, visando o bem-estar da comunidade.

Art.2º. Considerar-se-á infração toda ação ou omissão contrária à esta Lei, sujeitando-se o infrator à penalidade prevista.

Art.3º- Considerar-se-à infrator todo aquele que cometer, mandar, contranger ou auxiliar alguém a praticar infração.

Paragrafo Único Sempre que a infração for praticada por pessoa incapaz ou coagida, a pena recairá, respectivamente, na pessoa do responsável ou do coator.

Art. 4º.As penas estabelecidas nesta Lei não prejudicam a aplicação das de outra natureza, pela mesma infração; derivadas de transgressões da Leis e/ou regulamentos federais, estaduais e municipais.

Art.5º A pena, além de impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, consistente em multa.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES E OBRIGAÇÕES

Seção I - Logradouros Públicos

Art. 6º Nos logradouros públicos do Município, fica proibido:

I — Jogar lixo ou detrito, de qualquer espécie, quantidade ou procedência;

II — Depositar materiais, objetos, produtos ou substâncias, independentemente da finalidade a que se destinem;

III — Obstruir, de qualquer forma ou para qualquer finalidade, o livre trânsito de veículos ou pedestres;

IV — Impedir ou dificultar, por qualquer meio, o livre escoamento de águas pelas valas, sarjetas, canais, galerias, córregos ou quaisquer outros cursos;

V — Promover obra particular de qualquer espécie, inclusive de calçamento de passeio, edificação de muro e rebaixamento ou elevação de guias, sem licença da Municipalidade;

VI — Conservar árvores, arbustos ou trepadeiras que prejudiquem, sob qualquer hipótese, a passagem ou a fiação elétrica local;

VII — Ocupar ou utilizar espaço sem autorização do Poder Público Municipal para fins comerciais ou de prestação de serviços, bem como para realização de eventos de qualquer natureza.

Seção II - Imóveis em Geral

Art. 7º Em qualquer imóvel localizado no território do Município, de propriedade deste ou de particular, independentemente da finalidade a que se destina, fica proibido:

I — Depositar material, produto ou substância inservível ou deteriorável, que se apresente nocivo à saúde;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

II — Manter condições propícias à proliferação de germes, bactérias, insetos, plantas e animais nocivos à saúde, inclusive por ausência de capinagem;

III — Criar ou manter, ainda que provisoriamente, bovinos, equinos, caprinos, ovinos, suínos e semlhantes, sem autorização do Poder Público Municipal.

Art. 8º O proprietário, titular de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel localizado no território do Município fica obrigado a manter limpo o passoio fronteiriço ao respectivo terreno, devendo recolher o lixo e os resíduos ali depositados em recipiente apropriado, de forma a impedir sua transferência para a pista de rolamento.

Parágrafo Único A presente disposição independe da existência de edificação no imóvel ou de melhoramentos públicos no logradouro, e inclui a capinagem do passoio, quando for o caso.

Seção III - Imóveis Situados em Locais Específicos

Art. 9º Fica proibida a utilização de tapumes ou arames para fechamento de imóveis localizados na zona urbana do Município, independentemente da finalidade a que se destinam, de serem ou não edificadas ou de estarem ou não situados em via pública calçada ou dotada de guias e sarjetas.

Art. 10 O proprietário de imóvel, edificado ou não edificado, situado em logradouro público dotado de calçamento ou de guias e sarjetas, fica obrigado a construir e conservar o passeio respectivo ao terreno, observado o disposto no inciso V do artigo 6º desta Lei.

Art. 11 O proprietário de imóvel localizado em logradouro dotado de calçamento ou de guias e sarjetas e não edificado, fica obrigado a promover o fechamento deste, em toda a extensão do alinhamento com o logradouro, com muro chapiscado ou rebocado, observado o disposto no inciso V do artigo 6º e, ainda, no inciso II do artigo 7º, ambos desta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Seção IV - Animais

Art. 12 Fica proibido o trânsito de animais desacompanhados de pessoa responsável em logradouros públicos.

Art. 13 Será apreendido e recolhido todo animal vadio, inclusive de espécie doméstica, encontrado em logradouro público, bem como, mediante solicitação do proprietário, em imóvel de particular.

Art. 14 O animal apreendido permanecerá em depósito apropriado à espécie, pelo prazo de cinco (05) dias, contado da data de apreensão, período em que o proprietário poderá reavê-lo, mediante pagamento da multa estipulada pela infração do disposto no artigo 12 desta Lei e das despesas relativas à guarda, devidamente comprovadas.

Art. 15 Vencido o prazo de que trata o artigo anterior, o Poder Público Municipal estará autorizado a destinar o animal, conforme a espécie e de acordo com a legislação em vigor, à instituição de caridade, de pesquisa ou governamental, podendo, ainda, se for o caso, promover hasta pública ou sacrifício por meio não cruel.

Parágrafo Único O animal portador de hidrofobia ou doença contagiosa será sacrificado, independentemente do cumprimento do prazo de que trata o artigo 14 desta Lei, mediante laudo do veterinário responsável, sem direito de indenização ao proprietário ou a terceiro, a qualquer título.

CAPÍTULO III - DAS PENALIDADES

Seção I - Da Pena Pecuniária

Art. 16 A pena pecuniária consistirá em multa, na forma do disposto no artigo 5º desta Lei, a ser aplicada em conformidade com a "Tabela de Multas", anexo que integra esta Lei.

§ 1º — A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º — Na reincidência a multa será cominada em dobro, sendo considerado reincidente aquele que violar preceito por cuja infração já tiver sido autuado ou punido.

Seção II - Da Obrigação de Fazer ou Dei xar de Fazer

Art. 17 Independentemente da aplicação da penalidade pecuniária, a Municipalidade, por intermédio do Setor competente, poderá impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, atribuída ao autor da infração, em conformidade com os prazos estipulados na "Tabela de Prazos Decorrentes de Obrigação Imposta", anexo que integra esta Lei.

Art. 18 Vencido o prazo concedido para cumprimento da obrigação, a Municipalidade:

I — Considerará reincidente, para efeito da aplicação da penalidade pecuniária, o infrator;

II — Adotará as medidas cabíveis para o cumprimento da obrigação por via judicial.

Art. 19 Sempre que alguém não efetuar um ato ou fato a que esteja obrigado por força desta Lei, a Administração Pública Municipal, considerando-o relevante para o bem-estar da comunidade, poderá fazê-lo, à custa de quem se omitiu, mediante prévio aviso ao faltoso.

Parágrafo Único A execução por parte da Administração não exime o infrator do pagamento da multa correspondente.

Art. 20 Para cumprimento da obrigação imposta, a Municipalidade, através do Setor competente, poderá:

I — Apreender o objeto que constituir a infração, ou com o qual ela está sendo praticada;

II — Embargar obra, de qualquer espécie ou finalidade, realizada em desacordo com as condições estipuladas nesta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 21 Em caso de apreensão, o objeto apreendido será recolhido em depósito, onde permanecerá por dez (10) dias.

§ 1º — No prazo mencionado, o proprietário poderá resgatar o objeto apreendido, mediante comprovação de propriedade lícita, pagamento da multa correspondente e das despesas com transporte e depósito do material.

§ 2º — Vencido o prazo, o material será vendido em hasta pública, na forma da Lei, sendo a importância apurada aplicada na quitação da multa e despesas de que trata o parágrafo anterior, e eventual saldo desta entregue ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído.

§ 3º — A Administração Pública Municipal fará inutilizar a mercadoria perecível cujo prazo de validade se encerrar em qualquer etapa do procedimento definido neste artigo, sem direito de indenização ao proprietário ou terceiro interessado, a qualquer título.

Seção III - Da Aplicação das Penalidades

Art. 22 Considerar-se-á aplicada a penalidade pecuniária e iniciado o prazo para cumprimento da obrigação eventualmente imposta mediante entrega, ao infrator, de cópia do Auto de Infração.

Parágrafo Único A recusa do infrator em receber cópia do respectivo auto será suprida pela aposição de assinaturas de duas (02) testemunhas presenciais, devidamente qualificadas, e o desconhecimento de seu paradeiro pela publicação de edital em jornal de circulação local.

Art. 23 A lavratura do Auto de Infração poderá ser feita não só no curso como depois de consumada a infração, com a terminação da obra, do ato ou do fato que constituir a mesma infração, observando-se para que constem as seguintes indicações:

- a) Nome completo do infrator e, se for o caso, de seu responsável legal;
- b) Endereço de residência ou de escritório, observado o disposto na alínea "a";
- c) Local em que a infração se tiver verificado;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

- d) Descrição detalhada da infração;
- e) Dispositivo legal infringido;
- f) Valor da multa atribuída, com menção da tabela que a esta belece, bem como do prazo para quitação;
- g) Espécie de obrigação imposta, se cabível, com menção do prazo para cumprimento e da tabela que a define;
- h) Data e horário da lavratura do auto;
- i) Nome completo e assinatura do responsável pela autuação, bem como o Setor a que está subordinado.

Art. 24 O prazo para pagamento da multa pecuniária será sempre de dez (10) dias, contado da data de aplicação desta, conforme disposto no artigo 21 desta Lei.

Art. 25 No Auto de Infração, o responsável pela autuação deverá fazer constar, se for o caso, a apreensão do objeto ou o embargo da obra.

§ 1º A apreensão de objeto será efetuada sempre na presença de duas testemunhas, devidamente qualificadas, que deverão assinar o respectivo auto, do qual constará, obrigatoriamente, a espécie, quantidade e estado de conservação e apresentação da mercadoria apreendida, da forma mais detalhada possível.

§ 2º O embargo da obra será realizado independentemente da presença de testemunhas, ressalvado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 21, devendo, todavia, constar do respectivo auto que esta deverá permanecer paralisada enquanto perdurar o motivo do embargo.

Art. 26 Todas as penalidades e despesas a serem ressarcidas pelo infrator serão estipuladas ou convertidas em VMP - Valor Monetário Padrão, para efeito de atualização monetária do débito, desprezados os centavos.

CAPÍTULO IV - DOS RECURSOS ADMINISTRATI

VOS

Seção I - Do Recurso em Primeira Instân

cia

Art. 27 No prazo estipulado para pagamento da multa pecuniária, conforme dispõe o artigo 23 desta Lei, o infrator, ou, se for o caso, seu responsável le



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

gal, poderá protocolar Recurso em Primeira Instância.

§ 1º — O recurso relativo a apreensão de animal deverá ser protocolado no prazo de que trata o artigo 14 desta Lei.

§ 2º — O prazo concedido para cumprimento de obrigação imposta não interfere, sob qualquer hipótese, no prazo de recurso.

Art. 28 O Recurso em Primeira Instância será admitido em petição entregue no Setor de Protocolo da Prefeitura, devendo ser remetido à Chefia do Setor responsável pela autuação, conforme constar do respectivo Auto de Infração, devendo conter, obrigatoriamente, o nome e a qualificação da parte, os fundamentos de fato e de direito, bem como o pedido de nova decisão.

Art. 29 Caberá ao Chefe do Setor responsável pela respectiva autuação a decisão em Recurso de Primeira Instância, devendo este colher as provas que julgar necessárias em razão das alegações da parte interessada.

Art. 30 O Recurso em Primeira Instância deverá estar decidido e à disposição do interessado, no Setor de Protocolo, no prazo máximo de dez (10) dias, exceto em caso de consideração da necessidade de diligências, quando poderá ser a decisão proferida em até, no máximo, trinta (30) dias, à disposição do interessado.

Parágrafo Único Verificada a necessidade de diligências, o Setor responsável comunicará, ao Setor de Protocolo, o fato, para a devida comunicação do interessado.

Art. 31 O Recurso em Primeira Instância suspende o prazo para pagamento da penalidade pecuniária e, ainda, para cumprimento de obrigação imposta.

Art. 32 Nenhum ato relativo à infração pendente de recurso será efetuado, devendo a Chefia do respectivo Setor verificar, sempre, antes de qualquer providência, a existência do recurso.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 33 No julgamento do Recurso em Primeira Instância, bem como na determinação de que trata o artigo 32 desta Lei, deverá ser observada a comprovação de estado de necessidade ou de motivo de força maior, conforme dispõe a Lei Civil em vigor.

§ 1º A ocorrência do estado de necessidade ou de motivo de força maior desobrigará o infrator do pagamento de multa, não o isentando, porém, do cumprimento da obrigação imposta, se for o caso, bem como do pagamento de despesas efetuadas pela Administração.

§ 2º Independentemente da pendência de recurso, a Administração poderá intervir em prática de ato ou fato de que resulte perigo na demora.

Art. 34 Todos os documentos relativos ao recurso, bem como o documento de origem, serão agrupados em Processo Administrativo específico, onde será proferida a decisão.

Art. 35 Do Termo de Decisão do Recurso Administrativo, em Primeira Instância deverá constar, (se for o caso, pelo) indeferimento, a concessão de novo prazo para pagamento da penalidade pecuniária, que será sempre de dez (10) dias, contado do conhecimento, pelo interessado, da decisão.

Parágrafo Único Se o interessado não comparecer ao Setor de Protocolo, para ciência da decisão, nos prazos de que trata o artigo 30 desta Lei, este Setor providenciará sua notificação, via correio, ou, se for o caso, mediante publicação de Edital em jornal de circulação local.

Art. 36 A não interposição de recurso no prazo estipulado, conforme caput do artigo 27 desta Lei, bem como pela disposição específica de seu § 1º, importará na extinção do direito de recurso, em qualquer instância, por decadência.

Seção II - Do Recurso em Última Instância Administrativa

Art. 37 Caberá Recurso em Última Instância Administrativa sempre que indeferido o Recurso em Primeira Instância.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 38 O Recurso em Última Instância Administrativa será processado na forma e nos prazos estabelecidos para o Recurso em Primeira Instância, exceto quanto ao prazo de interposição, que será sempre o do novo prazo concedido para pagamento da penalidade pecuniária, disposto no artigo 35 desta Lei.

Art. 39 Compete ao Excelentíssimo Senhor Prefeito proferir decisão em Recurso de Última Instância, com base em parecer técnico da Secretaria responsável pela área respectiva, amparado, se for o caso, por parecer emitido pela Secretaria de Negócios Jurídicos.

Art. 40 O Recurso em Última Instância comporá o Processo Administrativo específico, na forma do disposto no artigo 34 desta Lei, sendo a decisão proferida irrecorrível.

Art. 41 A não interposição de Recurso em última Instância no prazo de que trata o artigo 38 importará na extinção desse direito, por decadência, prevalecendo a decisão proferida em Primeira Instância.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 43 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos imediatos para as disposições relativas aos artigos 6º, em todos os seus incisos; 7º, inciso I; 8º; 12 e 13; e surtindo efeitos trinta (30) dias após a publicação para as disposições relativas aos artigos 7º, incisos II e III; 9º; 10 e 11.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 44 Revogam-se as disposições
em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE
ITAPEVI, 11 de maio de 1.994.-

VALTER FRANCISCO ANTONIO

Valter Francisco Antonio
Presidente

NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA

Norma Lúcia Ribeiro de Souza
1ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

T A B E L A D E M U L T A S

DISPOSITIVO LEGAL	VALOR DA MULTA (EM VMP)
ARTIGO 6º, INCISOS I, II, III, IV, V, VI OU VII ARTIGO 7º, INCISO I ARTIGO 12	10 (DEZ)
ARTIGO 7º, INCISOS II OU III ARTIGO 8º ARTIGO 9º ARTIGO 10 ARTIGO 11	20 (VINTE)

O VALOR DA MULTA CORRESPONDE AO ARTIGO OU RESPECTIVO INCISO INFRINGIDO. NA HIPÓTESE DE INFRAÇÃO A MAIS DE UM ARTIGO OU INCISO, AS MULTAS SERÃO APLICADAS CUMULATIVAMENTE.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA DE PRAZOS DECORRENTES DE OBRIGAÇÕES IMPOSTAS

DISPOSITIVO	OBRIGAÇÃO IMPOSTA	PRAZO PARA CUMPRIMENTO
6º, I	cessar e/ou retirar	imediato
6º, II	cessar e/ou retirar	imediato ou máximo de 24 horas
6º, III	cessar e/ou retirar o <u>im</u> pedimento	imediato ou máximo de 24 horas
6º, IV	cessar e/ou retirar	imediato
6º, V	- paralisar a obra - requerer licença do Poder Público Municipal	- imediato* - 10 dias
6º, VI	retirar	máximo de 48 horas
6º, VII	cessar a atividade e <u>re</u> tirar objetos e/ou <u>pes</u> soas do local	imediato**
7º, I	cessar e/ou retirar	imediato ou máximo de 24 horas
7º, II	providenciar a limpeza	10 dias
7º, III	providenciar a retirada ou requerer licença do Poder Público Municipal, cuja concessão <u>es</u> tará subordinada a <u>exis</u> tência de condições <u>pa</u> ra manutenção do local	10 dias para remoção dos animais ou <u>compro</u> vação de pedido de <u>li</u> cença ao Poder <u>Públi</u> co Municipal
8º	providenciar a limpeza	10 dias
9º	retirar o fechamento <u>ir</u> regular. Se não existir edificação no imóvel, providenciar a <u>constru</u> ção de muro (art. 11)	30 dias
10	- construir - conservar	- 30 dias - 15 dias

segue



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA DE PRAZOS DECORRENTES DE OBRIGAÇÕES IMPOSTAS (continuação)

DISPOSITIVO	OBRIGAÇÃO IMPOSTA	PRAZO PARA CUMPRIMENTO
11	construir	30 dias
12	retirar	imediatamente

* Apor Embargo, nos termos desta Lei.

** Efetuar, se necessário, Apreensão do Objeto, nos termos desta Lei.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.194, DE 13 DE MAIO DE 1994

(Dispõe sobre medidas a serem adotadas no Município para manutenção da higiene, da limpeza e da segurança)

JOÃO CARLOS CARANEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre medidas a serem adotadas no território do Município para manutenção da higiene, da limpeza e da segurança, visando o bem-estar da comunidade.

Art. 2º Considerar-se-á infração toda ação ou omissão contrária à esta Lei, sujeitando-se o infrator à penalidade prevista.

Art. 3º Considerar-se-á infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração.

Parágrafo Único Sempre que a infração for praticada por pessoa incapaz ou coagida, a pena recairá, respectivamente, na pessoa do responsável ou do coator.

Art. 4º As penas estabelecidas nesta Lei não prejudicam a aplicação das de outra natureza, pela mesma infração, derivadas de transgressões de Leis e/ou regulamentos federais, estaduais e municipais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 5º A pena, além de impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, consistente em multa.

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES E OBRIGAÇÕES

Seção I

Logradouros Públicos

Art. 6º Nos logradouros públicos do Município, fica proibido:

I — Jogar lixo ou detrito, de qualquer espécie, quantidade ou procedência;

II — Depositar materiais, objetos, produtos ou substâncias, independentemente da finalidade a que se destinem;

III — Obstruir, de qualquer forma ou para qualquer finalidade, o livre trânsito de veículos ou pedestres;

IV — Impedir ou dificultar, por qualquer meio, o livre escoamento de águas pelas valas, sarjetas, canais, galerias, córregos ou quaisquer outros cursos;

V — Promover obra particular de qualquer espécie, inclusive de calçamento de passeio, edificação de muro e rebaixamento ou elevação de guias, sem licença da Municipalidade;

VI — Conservar árvores, arbustos ou trepadeiras que prejudiquem, sob qualquer hipótese, a passagem ou a fiação elétrica local;

VII — Ocupar ou utilizar espaço sem autorização do Poder Público Municipal para fins comerciais ou de prestação de serviços, bem como para realização de eventos de qualquer natureza.

Seção II

Imóveis em Geral



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 7º Em qualquer imóvel localizado no território do Município, de propriedade deste ou de particular, independentemente da finalidade a que se destina, fica proibido:

I — Depositar material, produto ou substância inservível ou deteriorável, que se apresente nocivo à saúde;

II — Manter condições propícias à proliferação de germes, bactérias, insetos, plantas e animais nocivos à saúde, inclusive por ausência de capinagem;

III — Criar ou manter, ainda que provisoriamente, bovinos, eqüinos, caprinos, ovinos, suínos e semelhantes, sem autorização do Poder Público Municipal.

Art. 8º O proprietário, titular de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel localizado no território do Município fica obrigado a manter limpo o passeio fronteiro ao respectivo terreno, devendo recolher o lixo e os resíduos ali depositados em recipiente apropriado, de forma a impedir sua transferência para a pista de rolamento.

Parágrafo Único A presente disposição independe da existência de edificação no imóvel ou de melhoramentos públicos no logradouro, e inclui a capinagem do passeio, quando for o caso.

Seção III

Imóveis Situados em Locais Específicos

Art. 9º Fica proibida a utilização de tapumes ou arames para fechamento de imóveis localizados na zona urbana do Município, independentemente da finalidade a que se destinam, de serem ou não edificados ou de estarem ou não situados em via pública calçada ou dotada de guias e sarjetas.

Art. 10 O proprietário de imóvel, edificado ou não edificado, situado em logradouro público dotado de calçamento ou de guias e sarjetas, fica obrigado a construir e conservar o passeio respectivo ao terreno, observado o disposto no inciso V do artigo 6º desta Lei.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 11 O proprietário de imóvel localizado em logradouro dotado de calçamento ou de guias e sarjetas e não edificado, fica obrigado a promover o fechamento deste, em toda a extensão do alinhamento com o logradouro, com muro chapiscado ou rebocado, observado o disposto no inciso V do artigo 6º e, ainda, no inciso II do artigo 7º, ambos desta Lei.

Seção IV

Animais

Art. 12 Fica proibido o trânsito de animais desacompanhados de pessoa responsável em logradouros públicos.

Art. 13 Será apreendido e recolhido todo animal vadio, inclusive de espécie doméstica, encontrado em logradouro público, bem como, mediante solicitação do proprietário, em imóvel de particular.

Art. 14 O animal apreendido permanecerá em depósito apropriado à espécie, pelo prazo de cinco (05) dias, contado da data de apreensão, período em que o proprietário poderá reavê-lo, mediante pagamento da multa estipulada pela infração do disposto no artigo 12 desta Lei e das despesas relativas à guarda, devidamente comprovadas.

Art. 15 Vencido o prazo de que trata o artigo anterior, o Poder Público Municipal estará autorizado a destinar o animal, conforme a espécie e de acordo com a legislação em vigor, à instituição de caridade, de pesquisa ou governamental, podendo, ainda, se for o caso, promover hasta pública ou sacrifício por meio não cruel.

Parágrafo Único O animal portador de hidrofobia ou doença contagiosa será sacrificado, independentemente do cumprimento do prazo de que trata o artigo 14 desta Lei, mediante laudo do veterinário responsável, sem direito de indenização ao proprietário ou a terceiro, a qualquer título.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Seção I

Da Pena Pecuniária

Art. 16 A pena pecuniária consistirá em multa, na forma do disposto no artigo 5º desta Lei, a ser aplicada em conformidade com a "Tabela de Multas", anexo que integra esta Lei.

§ 1º — A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º — Na reincidência a multa será cominada em dobro, sendo considerado reincidente aquele que violar preceito por cuja infração já tiver sido autuado ou punido.

Seção II

Da Obrigação de Fazer ou Deixar de Fazer

Art. 17 Independentemente da aplicação da penalidade pecuniária, a Municipalidade, por intermédio do Setor competente, poderá impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, atribuída ao autor da infração, em conformidade com os prazos estipulados na "Tabela de Prazos De correntes de Obrigações Impostas", anexo que integra esta Lei.

Art. 18 Vencido o prazo concedido para cumprimento da obrigação, a Municipalidade:

I — Considerará reincidente, para efeito da aplicação da penalidade pecuniária, o infrator;

II — Adotará as medidas cabíveis para o cumprimento da obrigação por via judicial.

Art. 19 Sempre que alguém não efetuar um ato ou fato a que esteja obrigado por força desta Lei, a Administração Pública Municipal, considerando-o relevante para o bem-estar da comunidade, poderá fazê-lo, à custa de quem se omitiu, mediante prévio aviso ao faltoso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo Único A execução por parte da Administração não exime o infrator do pagamento da multa correspondente.

Art. 20 Para cumprimento da obrigação imposta, a Municipalidade, através do Setor competente, poderá:

I — Apreender o objeto que constituir a infração, ou com o qual ela está sendo praticada;

II — Embargar obra, de qualquer espécie ou finalidade, realizada em desacordo com as condições estipuladas nesta Lei.

Art. 21 Em caso de apreensão, o objeto apreendido será recolhido em depósito, onde permanecerá por dez (10) dias.

§ 1º — No prazo mencionado, o proprietário poderá resgatar o objeto apreendido, mediante comprovação de propriedade lícita, pagamento da multa correspondente e das despesas com transporte e depósito do material.

§ 2º — Vencido o prazo, o material será vendido em hasta pública, na forma da Lei, sendo a importância apurada aplicada na quitação da multa e despesas de que trata o parágrafo anterior, e eventual saldo desta entregue ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído.

§ 3º — A Administração Pública Municipal fará inutilizar a mercadoria perecível cujo prazo de validade se encerrar em qualquer etapa do procedimento definido neste artigo, sem direito de indenização ao proprietário ou terceiro interessado, a qualquer título.

Seção III

Da Aplicação das Penalidades

Art. 22 Considerar-se-á aplicada a penalidade pecuniária e iniciado o prazo para cumprimento da obrigação eventualmente imposta mediante entrega, ao infrator, de cópia do Auto de Infração.

Parágrafo Único A recusa do infrator em receber cópia do respectivo auto será suprida pela aposição de assinaturas de duas (02) testemunhas presenciais, devidamente qualificadas, e o desconhecimento de seu paradeiro pela publicação de edital em jornal de circulação local.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 23 A lavratura do Auto de Infração poderá ser feita não só no curso como depois de consummada a infração, com a terminação da obra, do ato ou do fato que constituir a mesma infração, observando-se para que constem as seguintes indicações:

- a) Nome completo do infrator e, se for o caso, de seu responsável legal;
- b) Endereço de residência ou de escritório, observado o disposto na alínea "a";
- c) Local em que a infração se tiver verificado;
- d) Descrição detalhada da infração;
- e) Dispositivo legal infringido;
- f) Valor da multa atribuída, com menção da tabela que a estabelece, bem como do prazo para quitação;
- g) Espécie de obrigação imposta, se cabível, com menção do prazo para cumprimento e da tabela que o define;
- h) Data e horário da lavratura do auto;
- i) Nome completo e assinatura do responsável pela autuação, bem como o Setor a que está subordinado.

Art. 24 O prazo para pagamento da multa pecuniária será sempre de dez (10) dias, contado da data de aplicação desta, conforme disposto no artigo 21 desta Lei.

Art. 25 No Auto de Infração, o responsável pela autuação deverá fazer constar, se for o caso, a apreensão do objeto ou o embargo da obra.

§ 1º — A apreensão de objeto será efetuada sempre na presença de duas testemunhas, devidamente qualificadas, que deverão assinar o respectivo auto, do qual constará, obrigatoriamente, a espécie, quantidade e estado de conservação e apresentação da mercadoria apreendida, da forma mais detalhada possível.

§ 2º — O embargo da obra será realizado independentemente da presença de testemunhas, ressalvado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 21, devendo, todavia, constar do respectivo auto que esta deverá permanecer paralisada enquanto perdurar o motivo do embargo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 26 Todas as penalidades e despesas a serem ressarcidas pelo infrator serão estipuladas ou convertidas em VMP - Valor Monetário Padrão, para efeito de atualização monetária do débito, desprezados os centavos.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Seção I

Do Recurso em Primeira Instância

Art. 27 No prazo estipulado para pagamento da multa pecuniária, conforme dispõe o artigo 23 desta Lei, o infrator, ou, se for o caso, seu responsável legal, poderá protocolar Recurso em Primeira Instância.

§ 1º — O recurso relativo a apreensão de animal deverá ser protocolado no prazo de que trata o artigo 14 desta Lei.

§ 2º — O prazo concedido para cumprimento de obrigação imposta não interfere, sob qualquer hipótese, no prazo de recurso.

Art. 28 O Recurso em Primeira Instância será admitido em petição entregue no Setor de Protocolo da Prefeitura, devendo ser remetido à Chefia do Setor responsável pela autuação, conforme constar do respectivo Auto de Infração, devendo conter, obrigatoriamente, o nome e a qualificação da parte, os fundamentos de fato e de direito, bem como o pedido de nova decisão.

Art. 29 Caberá ao Chefe do Setor responsável pela respectiva autuação a decisão em Recurso de Primeira Instância, devendo este colher as provas que julgar necessárias em razão das alegações da parte interessada.

Art. 30 O Recurso em Primeira Instância deverá estar decidido e à disposição do interessado, no Setor de Protocolo, no prazo máximo de dez (10) dias, exceto em caso de consideração da necessidade de diligências, quando poderá ser a decisão proferida em até, no máximo, trinta (30) dias, à disposição do interessado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo Único Verificada a necessidade de diligências, o Setor responsável comunicará, ao Setor de Protocolo, o fato, para a devida comunicação do interessado.

Art. 31 O Recurso em Primeira Instância suspende o prazo para pagamento da penalidade pecuniária e, ainda, para cumprimento de obrigação imposta.

Art. 32 Nenhum ato relativo à infração pendente de recurso será efetuado, devendo a Chefia do respectivo Setor verificar, sempre, antes de qualquer providência, a existência do recurso.

Art. 33 No julgamento do Recurso em Primeira Instância, bem como na determinação de que trata o artigo 32 desta Lei, deverá ser observada a comprovação de estado de necessidade ou de motivo de força maior, conforme dispõe a Lei Civil em vigor.

§ 1º — A ocorrência do estado de necessidade ou de motivo de força maior desobrigará o infrator do pagamento de multa, não o isentando, porém, do cumprimento da obrigação imposta, se for o caso, bem como do pagamento de despesas efetuadas pela Administração.

§ 2º — Independentemente da pendência de recurso, a Administração poderá intervir em prática de ato ou fato de que resulte perigo na demora.

Art. 34 Todos os documentos relativos ao recurso, bem como o documento de origem, serão agrupados em Processo Administrativo específico, onde será proferida a decisão.

Art. 35 Do Termo de Decisão do Recurso Administrativo em Primeira Instância deverá constar, em caso de indeferimento, a concessão de novo prazo para pagamento da penalidade pecuniária, que será sempre de dez (10) dias, contado do conhecimento, pelo interessado, da decisão.

Parágrafo Único Se o interessado não comparecer ao Setor de Protocolo, para ciência da decisão, nos prazos de que trata o artigo 30 desta Lei, este Setor providenciará sua notificação, via correio, ou, se for o caso, mediante publicação, em jornal de circulação local, de edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 36 A não interposição de recurso no prazo estipulado, conforme caput do artigo 27 desta Lei, bem como pela disposição específica de seu § 1º, importará na extinção do direito de recurso, em qualquer instância, por preclusão.

Seção II

Do Recurso em Última Instância Administrativa

Art. 37 Caberá Recurso em Última Instância Administrativa sempre que indeferido o Recurso em Primeira Instância.

Art. 38 O Recurso em Última Instância Administrativa será processado na forma e nos prazos estabelecidos para o Recurso em Primeira Instância, exceto quanto ao prazo de interposição, que será sempre o do novo prazo concedido para pagamento da penalidade pecuniária, disposto no artigo 35 desta Lei.

Art. 39 Compete ao Excelentíssimo Senhor Prefeito proferir decisão em Recurso de Última Instância, com base em parecer técnico da Secretaria responsável pela área respectiva, amparado, se for o caso, por parecer emitido pela Secretaria de Negócios Jurídicos.

Art. 40 O Recurso em Última Instância comporá o Processo Administrativo específico, na forma do disposto no artigo 34 desta Lei, sendo a decisão proferida irrecorrível.

Art. 41 A não interposição de Recurso em Última Instância no prazo de que trata o artigo 38 importará na extinção desse direito, por preclusão, prevalescendo a decisão proferida em Primeira Instância.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 43 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos imediatos para as disposições relativas aos artigos 6º, em todos os seus incisos; 7º, inciso I; 8º; 12 e 13; e surtindo efeitos trinta (30) dias após a publicação para as disposições relativas aos artigos 7º, incisos II e III; 9º; 10 e 11.

Art. 44 Revogam-se as disposições em contrário.

Itapevi, 13 de maio de 1994

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAN
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, aos 13 de maio de 1994.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

T A B E L A D E M U L T A S

DISPOSITIVO LEGAL	VALOR DA MULTA (EM VMP)
ARTIGO 6º, INCISOS I, II, III, IV, V, VI OU VII ARTIGO 7º, INCISO I ARTIGO 12	10 (DEZ)
ARTIGO 7º, INCISOS II OU III ARTIGO 8º ARTIGO 9º ARTIGO 10 ARTIGO 11	20 (VINTE)

O VALOR DA MULTA CORRESPONDE AO ARTIGO OU RESPECTIVO INCISO INFRINGIDO. NA HIPÓTESE DE INFRAÇÃO A MAIS DE UM ARTIGO OU INCISO, AS MULTAS SERÃO APLICADAS CUMULATIVAMENTE.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA DE PRAZOS DECORRENTES DE OBRIGAÇÕES IMPOSTAS

DISPOSITIVO	OBRIGAÇÃO IMPOSTA	PRAZO PARA CUMPRIMENTO
6º, I	cessar e/ou retirar	imediato
6º, II	cessar e/ou retirar	imediato ou máximo de 24 horas
6º, III	cessar e/ou retirar o <u>impe</u> <u>dimento</u>	imediato ou máximo de 24 horas
6º, IV	cessar e/ou retirar	imediato
6º, V	- paralisar a obra - requerer licença do Poder Público Municipal	- imediato* - 10 dias
6º, VI	retirar	máximo de 48 horas
6º, VII	cessar a atividade e <u>reti</u> <u>rar</u> objetos e/ou pessoas do local	imediato**
7º, I	cessar e/ou retirar	imediato ou máximo de 24 horas
7º, II	providenciar a limpeza	10 dias
7º, III	providenciar a retirada ou requerer licença do Poder Público Municipal, cuja <u>con</u> <u>cessão</u> estará subordinada a existência de condições <u>pa</u> <u>ra</u> manutenção do local	10 dias para remoção dos animais ou para comprovação de pedido de licença ao Poder Pú blico Municipal
8º	providenciar a limpeza	10 dias
9º	retirar o fechamento irregu lar. Se não existir edifica ção no imóvel, providenciar a construção de muro (art. 11)	30 dias
10	- construir - conservar	- 30 dias - 15 dias

segue



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA DE PRAZOS DECORRENTES DE OBRIGAÇÕES IMPOSTAS

DISPOSITIVO	OBRIGAÇÃO IMPOSTA	PRAZO PARA CUMPRIMENTO
11	construir	30 dias
12	retirar	imediatamente

* Apor Embargo, nos termos desta Lei.

** Efetuar, se necessário, Apreensão do Objeto, nos termos desta Lei.